



MULHERES NA POLÍTICA: ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E O ANDROCENTRISMO DO ESPAÇO PÚBLICO¹

Nicole Garske Weber²

“Mãe – diz ele -, volte para seus aposentos e retome seu próprio trabalho, o tear e a roca... Discursos são coisas de homens, de todos os homens, e meu, mais do que de qualquer outro, pois meu é o poder desta casa. E lá se vai ela, de volta ao andar de cima. Há algo um tanto ridículo neste menino recém-saído das fraldas calando a experiente Penélope, de meia-idade. (BEARD, 2018, p. 16. Telêmaco dirigindo-se para a sua mãe Penélope em ‘Odisseia’).

É inquestionável o avanço das mulheres ocidentais ao longo do século nas mais diversas áreas. Para um grupo que há algumas décadas atrás não era autorizado a votar, estudar, ser atleta, frequentar determinados lugares, escrever, enfim - ocupar o espaço público, e era estigmatizado somente pela domesticidade e maternidade – espaço privado, muito foi conquistado através de reivindicações da *advocacy feminista* e de tantas mulheres corajosas as quais recusavam apagar a sua chama pública acesa.

Todavia, nos dias de hoje, algumas barreiras ainda são encontradas ao que tange a plenitude da cidadania da mulher, como por exemplo, a falta de representatividade feminina na política. O presente trabalho tem como tema

¹ Esta pesquisa é fruto dos debates e reflexões realizadas pelo grupo de estudos e pesquisas “Direito, Cidadania e Políticas Públicas” vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado - da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e coordenado pela Professora Pós-Dra. Marli Marlene Moraes da Costa.

² Mestranda em Direito com Bolsa CNPq na área de concentração em Direitos Sociais e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Integrante do grupo de pesquisas Direito, Cidadania & Políticas Públicas, coordenado pela Pós-Dra. Marli Marlene Moraes da Costa, ligado a PPPGD UNISC, e certificado pelo CNPq. Advogada. 1ª Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) de Santa Cruz do Sul –RS. Membro da Comissão da Mulher Advogada –OAB/RS Subseção de Santa Cruz do Sul. Membro do Núcleo de Migrações Internacionais e Pesquisa no Sul – MIPESUL. Pesquisa nas áreas de direitos humanos, gênero, direitos das mulheres, políticas públicas, direito internacional público, tráfico internacional de pessoas, teoria política e ciências sociais. E-mail: nicoleweber@mx2.unisc.br



central a discussão dos avanços e barreiras atuais na inserção da mulher em cargos eletivos, bem como, tem como problema: possuindo como base a categoria binária de ‘feminino’ e ‘masculino’, a mulher política precisa adotar determinadas posturas estigmatizadas como ‘masculinas’ para obter sucesso na seara política?

No decorrer da pesquisa o método de abordagem utilizado foi o dedutivo, os métodos de procedimentos utilizados foram o histórico-crítico e o sistemático e, a técnica de pesquisa foi a bibliográfica e documental.

A pesquisa apresentada tem o objetivo de analisar os avanços e barreiras da mulher na política, atravessando questões de estereótipos de gênero e verificando a influência até os dias de hoje do androcentrismo (o mundo visto a partir do olhar do homem) para a manutenção do espaço político como um espaço misógino e dominado pelos homens.

Autores falam sobre uma “barreira invisível” (BEARD, 2018), a mulher ser “o Outro” (BEAUVOIR, 1983), teto de cristal, teto de vidro, e segue. A verdade notória é que quando mais se sobe na hierarquia profissional menos rostos femininos são vistos, em especial no mundo corporativo, e no caso em foco, na seara política. “Até que ponto estão profundamente incorporados à cultura ocidental os mecanismos que silenciam mulheres, que recusam a levá-las a sério e que as afastam dos centros de poder?” (BEARD, p. 11). A cultura ocidental tem milhares de anos de prática no que diz respeito a silenciar mulheres.

Por que as mulheres, que conquistaram a igualdade civil, a instrução, a condição de assalariadas, certas formas de criação, o esporte de alto nível, etc., têm tanta dificuldade em chegar aos comandos da cidade, tanto econômicos quanto políticos? (PERROT, 1998, p. 12).

Através da história vários exemplos apresentam-se como delimitadores da mulher no espaço privado. No início do século IV a.C., Aristófanes dedicou uma comédia inteira à hilária fantasia de que as mulheres deveriam assumir o controle do Estado, advogando que mulheres não sabiam falar adequadamente em público – melhor: eram incapazes de adaptar sua linguagem pessoal



(amplamente ligada ao sexo) ao sublime idioma da política masculina (BEARD, 2018, p. 21).

Apesar de, nos dias hoje, figuras como Dilma Roussef, Hillary Clinton e Angela Merkel serem de um estereótipo político quase ideal para a mulher política respeitada, ou seja: cabelo curto, voz grave, vestimentas sóbrias, rostos por vezes carrancudos e sérios (todos aspectos mais ligados à categoria de masculinidade); este estereótipo era percebido como uma anomalia há séculos atrás.

Discursar publicamente era uma – se não a – característica que definia a masculinidade. Ademais, diversas políticas atuais do Brasil, como a deputada federal Tábata de Amaral e a deputada estadual de SC Paulinha, expuseram-se relatando a falta de respeito e o assédio que vivem por serem mulheres, ou jovens ou femininas neste espaço que não seria confortável à mulher: o político.

Conclui-se que muito ainda há o que ser feito pelo alcance igualitário/proporcional da mulher na política, e que os estereótipos que assolam as mulheres de cargos eletivos, na verdade, fomentam o androcentrismo (o homem como centro) dentro deste espaço. Táticas sexistas assim tendem a fazer as mulheres se sentirem ainda mais excluídas e não pertencentes a este espaço, apenas imitando papéis retóricos que não são verdadeiramente seus. Ter mulheres fingindo ser homens pode ser um paliativo, mas não chega à raiz do problema. Faz-se necessário refletir melhor acerca das falhas subjacentes ao discurso masculino dominante, que culpa a mulher, há séculos, pela sua própria exclusão e não adaptação na esfera política.

REFERÊNCIAS

BEARD, Mary. *Mulheres e poder: um manifesto*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

